



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000313338

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0119442-76.2008.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante LAIS MENDONÇA ALVES DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados MIRIAM STEFANY OLIVEIRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), ANA CLARA OLIVEIRA DE SOUSA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e MARCOS RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente sem voto), ARANTES THEODORO E PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 7 de maio de 2015.

Jayme Queiroz Lopes
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª. CÂMARA

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0119442-76.2008.8.26.0002

APELANTE: Lais Mendonça Alves de Souza

APELADO: Miriam Stefany Oliveira da Silva e outros

COMARCA: São Paulo – Foro Regional de Santo Amaro – 8ª V. Cível (Proc. n.º 583.02.2008.119442-1)

Voto n.º 21006

EMENTA:

ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO – PROCEDÊNCIA – MANUTENÇÃO – ABSOLVIÇÃO NO JUÍZO PENAL QUE NÃO IMPEDE A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL NO CASO – AUTORIA E FATO NÃO AFASTADOS NO JUÍZO PENAL – CULPA DO CONDUTOR DO ÔNIBUS COMPROVADA NOS AUTOS – ATROPELAMENTO OCORRIDO EM FAIXA DE PEDESTRES – EMBORA NÃO TENHA RESTADO RESOLVIDA A QUESTÃO ACERCA DO DEFEITO NO SEMÁFORO DE PEDESTRES, O FATO DE HAVER PESSOAS EM TRAVESSIA NA FAIXA IMPEDIA O CONDUTOR DE PROSSEGUIR – PRINCÍPIO INSCULPIDO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – DANOS MORAIS QUE SÃO DEVIDOS – MONTANTE ARBITRADO EM R\$ 50.000,00, A SER REPARTIDO POR IGUAL ENTRE OS AUTORES.

Apelação improvida.

Trata-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 348/351, que julgou procedente a ação de indenização por acidente de trânsito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alega a ré, em síntese, que a culpa do condutor do ônibus que causou o atropelamento e morte da genitora das autores não restou demonstrada; que o veículo trafegava em corredor exclusivo e que várias pessoas atravessavam a faixa de pedestres com o semáforo fechado para elas, entre as quais a vítima; que o semáforo estava aberto para o condutor do ônibus; que a responsabilidade objetiva do transportador não se aplica no caso; que a responsabilidade, no caso, é subjetiva, devendo ser examinada a culpa. Alternativamente, requer a redução do *quantum* indenizatório.

Recurso tempestivo, preparado e respondido (fls. 374/378).

A Procuradoria Geral de Justiça ofertou o parecer de fls. 382/389.

É o relatório.

Constou da sentença:

“Julgo no estado da lide, pois a matéria é de Direito e quanto a fática, basta a análise da prova documental acostadas aos autos. Preclusa a prova testemunhal em Juízo. Ademais, a única testemunha presencial do evento, Sra. Nubia Alves de Sousa Oliveira, prestou declarações junto ao 101º Distrito Policial, informando que no local e data dos fatos, ela e a vítima fatal, genitora dos autores, e outras duas pessoas desconhecidas, atravessaram a avenida, sobre a faixa de pedestres, o semáforo estava quebrado, momento em que aconteceu o atropelamento de ambas, contudo, a vítima Maria Cristina Oliveira da Silva veio a falecer no hospital. A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela defesa não prospera, uma vez que proprietária do veículo coletivo, ante a responsabilidade objetiva da desta, prevista no parágrafo 6º, artigo 37 da Constituição Federal. Não há controvérsia de que no momento do atropelamento, as demais faixas da avenida estavam com o trânsito intenso, bem como, da travessia de outros pedestres na faixa própria. A única testemunha presencial declara que o semáforo estava quebrado, de sorte que várias pessoas iniciaram a travessia. Assim, configurada a culpa do condutor do coletivo de propriedade da requerida, resultando na denúncia criminal deste. Indubitável a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprudência e negligência do condutor do coletivo em não adotar a devida cautela ao trafegar por uma via de intenso tráfego, cruzar a faixa de pedestres, cujo farol estava quebrado, sem qualquer atenção para a verificação da travessia dos quatro pedestres de maneira segura. No momento da elaboração do Boletim de Ocorrência nº 3050/2007 (folhas 20/21), o próprio condutor do coletivo, Sr. José Marcio Santos Monteiro, declarou que "quatro pessoas atravessaram a faixa de pedestres", que "observou a aproximação das vítimas" e "acabou atingindo duas delas", assim, não prospera a alegação da defesa de que o condutor não teve tempo de parar seu veículo, porque a vítima surgiu de repente. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, não há divergência quanto ao acidente ocorrido com a mãe dos autores, pois devidamente comprovado nos documentos carreados aos autos. Certo é que o ônibus de propriedade da requerida atropelou a genitora dos requerentes, enquanto esta e demais pedestres atravessavam a avenida sobre a faixa de pedestres, sem respeitar a preferência de proteção na faixa de segurança, bem como, a velocidade adequada para assegurar tal preferência. A condição básica da prestação de serviços de transporte é a condução do veículo com cautela de forma a garantir a segurança do serviço, pois a autora foi atropelada por veículo de propriedade da requerida, conduzido pelo preposto da ré, o que implica na adoção dos princípios do Código de Defesa do Consumidor, especialmente, na adoção da teoria da responsabilidade objetiva (artigo 17 do CDC). Não pode a requerida afastar sua responsabilidade objetiva, porque o atropelamento, por si, não sugere a quebra do nexo de causalidade, bem como, deverá a requerida reparar o dano independentemente de culpa, uma vez que a vítima veio a falecer em razão do acidente, deixando desamparados seus três filhos, pois detinha a responsabilidade pelo sustento deles. Por outro lado, o princípio da boa fé objetiva exige a garantia de serviço seguro e com qualidade, o que não ocorre, portanto, não se escusa a requerida de sua responsabilidade. Considerando a prova nos autos da gravidade causada pelo atropelamento, sobrevivendo a morte da genitora dos autores e suas sérias consequências no cotidiano destes, fixo o valor da indenização por danos morais em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por entender compatível com o desgaste vivenciado pelos herdeiros, assim como, observando a capacidade econômica das partes envolvidas e sugerir à requerida a regular reparação. Comprovado, também, nos autos, às folhas 48, a renda mensal da genitora dos autores, necessária à subsistência destes, pois à época do óbito causado pelo acidente envolvendo o coletivo de propriedade da requerida, os autores possuíam 13, 03 e 18 anos, respectivamente, observando, ainda, que a "de cujus" era viúva. Dessa maneira, o pedido de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

indenização a título de pensão mensal merece acolhimento, que fixo em um salário mínimo mensal, a qual deverá ser dívida entre os filhos dependentes, até atingirem 25 anos de idade. Isto posto, julgo PROCEDENTE a ação para condenar a requerida ao pagamento de pensão mensal, equivalente a um salário mínimo mensal, a qual deverá ser dívida entre os filhos dependentes, até atingirem 25 anos de idade, a contar da data do acidente, 05 de julho de 2007, e da indenização por danos morais no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), acrescidos de juros de 1% da citação e atualização monetária a partir desta data (Súmula 362 do STJ).”

Por primeiro, cabe esclarecer que a magistrada sentenciante não aplicou a responsabilização objetiva do transportador no julgamento, de modo a prescindir-se do exame da culpa do condutor do ônibus. Pelo contrário, a culpa deste foi bem examinada. Na verdade, ao aplicar o disposto no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, o fez para assentar a responsabilidade do empregador sobre os atos de seu empregado no desempenho da função, motivo pelo qual a ilegitimidade passiva arguida em contestação foi afastada.

Com relação à sentença absolutória proferida no juízo penal, cuja cópia foi trasladada pela apelante (fls. 394/396), tal não impede a responsabilização civil da ré, visto que a existência do fato não foi questionada e a autoria não foi afastada. A absolvição do condutor decorreu de excludente de responsabilidade penal. A responsabilidade civil, portanto, permanece.

Com relação ao mérito propriamente dito, a sentença se mantém, não havendo nada a reparar, senão a esclarecer ponto obscuro levantado pela d. Procuradora de Justiça em seu parecer.

De fato, a indenização arbitrada, no montante de R\$ 50.000,00, o foi na totalidade, não tendo a sentença fixado a parte que toca a cada um dos irmãos autores. Assim sendo, em atendimento ao requerimento do Parquet, deve constar na sentença que o valor deverá ser repartido, por igual, entre os autores.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Com relação à culpa do motorista José Marcio Santos Monteiro, que conduzia o ônibus de propriedade da apelante, não há como afastá-la no caso, vez que se conduziu com imprudência e imperícia ao atropelar várias pessoas que atravessavam na faixa de pedestres, em nada alterando o juízo dos fatos a suposta sinalização contrária do semáforo de pedestres e sinalização livre para o condutor do veículo em corredor exclusivo de ônibus.

Ora, como bem ressaltou a d. Procuradora de Justiça em seu parecer, citando texto da d. Promotora que atuou nos autos, *“O pedestre tem preferência de proteção na faixa de segurança e cabe ao motorista manter a velocidade compatível com a necessidade de parada para assegurar tal preferência, não tendo sido provado pela ré que o farol funcionava e era desfavorável aos pedestres, não se aplicando então a preferência de veículos (artigos 69, II, e 70, do Código de Trânsito)”* (fls. 387).

É princípio mezinho que informa o Código de Trânsito Brasileiro de que a preferência no tráfego de veículos e pessoas sempre será destas últimas. Assim, se um pedestre inicia a travessia na faixa específica e o semáforo que lhe é favorável altera o livre curso, passando a ser favorável aos veículos, quando o pedestre ainda não tenha finalizado a travessia, é evidente que incorrerá em grave culpa o condutor que avançar, mesmo que o semáforo, como se viu, já lhe seja favorável. Trata-se de perícia e prudência na condução, exigível para todos os condutores.

Embora tenha sido apurado, no juízo penal, que o condutor do ônibus não poderia antever a aproximação das vítimas e evitar o acidente, é certo que, em matéria civil, é obrigação do condutor estar atento na via, até porque teria avistado a travessia desordenada de quatro pedestres em via de altíssimo movimento e em horário de *rush* (manhã), que atravessavam a faixa de pedestres (fls. 195).

No depoimento de Núbia Alves de Souza Oliveira, colhido nos autos do

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inquérito policial (fls. 199), também vítima e que estava com a genitora dos autores no momento do acidente, consta que o semáforo de pedestres estava “quebrado” e que atravessaram a via apressadas (correndo), momento em que foram colhidas pelo veículo, vindo a óbito somente a genitora dos autores.

Constou em laudo pericial produzido nos autos da ação penal que o veículo estava na velocidade de 50km/h, compatível com o local; que não havia sinais de frenagem ou derrapagem relacionados ao evento (fls. 216/217).

Não obstante tal dado, aplica-se aqui o princípio já mencionado, ou seja, havia pedestres na faixa específica de travessia e o condutor pode observá-los, mas não frenou a tempo de parar e evitar o atropelamento, denotando imperícia e imprudência. Agiu, pois, com culpa, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual, estendida ao seu empregador, no caso, a apelante.

Os danos morais, portanto, decorrem do evento danoso e são devidos. O quantum indenizatório fixado pela sentença se mantém, uma vez que não se mostra excessivo, devendo ser acrescentado no dispositivo a repartição, por igual, entre os autores.

Em suma, de rigor a procedência da ação.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Jayme Queiroz Lopes
Relator